



Seminário

**Financeirização da natureza:  
violações de direitos  
contra Povos e Territórios**

27, 28 e 29 de agosto de 2018

**Porto Alegre/RS**

Casa de Retiro Vila Betânia  
Rua da Gruta, 230 - Glória

## **CARTA FINAL**

Nós, camponesas e camponeses, povos e comunidades tradicionais, trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade, de 40 municípios de 6 estados Brasileiros (RS, SC, PR, SP, RJ, AC) e do Uruguai, participantes do Seminário Financeirização da Natureza: violações de direitos contra Povos e Territórios, realizado durante os dias 27 a 29 de agosto de 2018, em Porto Alegre, RS, reafirmamos que somos maioria neste país e estamos - há séculos - vivenciando violências, ameaças e violações de direitos conquistados. Contexto que só vem se agravando.

A expansão do agronegócio, da silvicultura, da mineração, a expansão urbana e industrial, as grandes obras como hidrelétricas, estradas, ferrovias, vêm fragilizando as comunidades locais. Sabemos que esta é uma situação provocada que, juntamente com a perseguição e morte de lideranças locais, busca desestruturar as relações comunitárias. Assim, novas formas de controlar nossas vidas e nossos territórios vão avançando, inclusive com respaldo legal, a exemplo da Lei 13.465/2017 (lei da grilagem), do Programa Produtor de Água da Agência Nacional de Águas (ANA) vinculado a Lei 9.433/1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos) e do recente ataque ao Decreto 6040/2007 (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais).

Observamos que o judiciário não tem cumprido seu papel de garantir o cumprimento dos nossos direitos frente às violações que são denunciadas, é cúmplice e tem também responsabilidade pelo cenário de violações de direitos, exemplo disso é a recente realização de reintegração de posse contra os Kaingang que estavam em processo de retomada de seu território tradicionalmente ocupado na Floresta Nacional (FLONA) de Canela, da qual foram retirados e levados para a beira da estrada sem abrigo, com idosos e crianças colocados no frio, por ordem judicial.

Se até o momento o argumento usado para tantas injustiças era econômico, agora o argumento é também ambiental. Na Economia Verde a expulsão dos povos e comunidades quer se justificar pela proteção da natureza, como se não fossem estes povos e comunidades que vêm conservando a biodiversidade ainda existente no país. São armadilhas que resultam na remoção das comunidades para dar lugar à expansão do capital, como a construção de condomínios, aeroportos, hidrelétricas e complexos agroindustriais. As falsas soluções da Economia Verde buscam mapear nossos territórios e nossas práticas, interpretando os bens comuns como “serviços ecossistêmicos”, como a captação de carbono e a conservação das águas, para que o modelo neoliberal de desenvolvimento, violador de direitos e devastador da sociobiodiversidade, não mude.

A transformação dos bens comuns (que são nossos territórios, a biodiversidade, a água, o solo e o subsolo, o ar puro e o conhecimento tradicional) em mercadorias, e a especulação e financeirização sobre estes bens comuns tem afetado nossas identidades, modo de vida, nossas relações culturalmente baseadas na reciprocidade, nossa sobrevivência, além de ser uma estratégia que visa a nossa dominação, a nossa expulsão dos territórios e a transferência destes bens comuns ao mercado especulativo de grandes corporações.

Diversos instrumentos de opressão têm provocado nossa invisibilidade e descaracterização enquanto povos e comunidades que mantêm uma relação não mercadológica e não especulativa com a Terra e com o conjunto dos seres. Estamos cientes que estes instrumentos, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR), o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) e outros, estão a serviço da manutenção do poder e da concentração da riqueza na mão da elite econômica e política que transita entre setores públicos e privados.

Também estamos cientes que os instrumentos da Economia Verde, como Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) reduzem nossos saberes e nossa autonomia, criminalizando nossas práticas tradicionais relacionadas à biodiversidade. Políticas nacionais relacionadas ao clima estão sendo construídas e implementadas sem a participação de povos e comunidades violando seus direitos de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Esclarecido antes de qualquer política ou programa que afete nossa sustentabilidade cultural, social e econômica. Essa é uma norma supralegal que prevê respeito à autodeterminação dos povos e comunidades tradicionais.

Este modelo degradador que impacta nossas vidas e territórios também tem repercussões na vida de pessoas e comunidades que estão em outros contextos, inclusive urbanos. A falta de água em quantidade e qualidade, pela mudança no regime hídrico - com maiores e mais intensos períodos de estiagem e/ou de precipitações torrenciais e o aumento da frequência de chuva ácida - é um exemplo de como o cotidiano de todas pessoas é afetado pela mercantilização e financeirização da natureza.

Nossa autonomia e liberdade é nossa maior riqueza! Estamos unidas e unidos, em organizações locais, movimentos sociais, em redes e articulações, resistiremos como temos resistido há séculos de tantas ameaças e violações. Seguiremos observando, debatendo, resistindo e reagindo. Ampliaremos nossos espaços de estudo para compreender tantas siglas e mecanismos que, sabemos, tem o intuito de nos amedrontar, oprimir, criminalizar e dominar. Seguiremos construindo nossos instrumentos de luta, resguardando nossos segredos da ganância do capital. Usaremos de nossa sabedoria, habilidade e espiritualidade para estarmos fortes e cada vez mais unidas e unidos em defesa de nossos direitos pois, somos a maioria nesse país! Exigiremos mais e melhores políticas públicas, adequadas a cultura e contexto vivido por cada povo ou comunidade, com participação efetiva de representações destes povos e comunidades na sua elaboração e implementação.

**A NATUREZA NÃO SE VENDE, SE AMA E SE DEFENDE!**

#### **Organizações e grupos presentes no Seminário Financeirização da Natureza:**

1. Aldeia Mbyá Guarani Tekoá Jata'ity/ Ka'aguy Mirim – Cantagalo
2. Aldeia Mbyá Guarani Tekoá Nhundy – Estiva
3. Aldeia Mbyá Guarani Tekoá Para Rôke

4. Aldeia Kaingang Vãn Ka – Lami
5. Aldeia Kaingang Ymã Fåg Nhin – Lomba do Pinheiro
6. Amigos da Terra Brasil
7. Amigos da Terra Internacional
8. Amigos do Meio Ambiente - AMA
9. Assentamento Nova Estrela
10. Assentamento Novo Alegrete
11. Assentamento Santa Maria do Ibicuí
12. Associação Filhos da Terra
13. Associação Homens e Mulheres do Mar - AHOMAR
14. Associação Nascente Maquiné - ANAMA
15. Cáritas Brasileira - Regional RS
16. Centro de Apoio e promoção da Agroecologia - CAPA
17. Centro de Estudos Bíblicos - CEBI
18. Coletivo Ambiente Crítico
19. Coletivo Catarse de Comunicação
20. Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa
21. Comunicação Kuery
22. Comunidade Quilombola Morada da Paz
23. Comunidade Quilombola Armada
24. Comunidade Quilombola Corredor dos Munhos
25. Comunidade Quilombola Unidos de Lajeado
26. Conselho de Missão entre Povos Indígenas - COMIN
27. Conselho Estadual de Direitos Humanos - CEDH
28. Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas - CONAQ
29. Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social - FMCJS
30. Frente Quilombola - RS
31. Fundação Luterana de Diaconia - FLD
32. Grupo Carta de Belém
33. Instituto Biofilia
34. Instituto de Assessoria as Comunidades Remanescentes de Quilombo - IACOREQ
35. Instituto Econsciência
36. Marcha Mundial das Mulheres - MMM
37. Movimento de Mulheres Camponesas - MMC
38. Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB
39. Movimento dos Trabalhadores Desempregados - MTD
40. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
41. Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST
42. Movimento pela Soberania Popular na Mineração - MAM
43. Movimento Roessler
44. Movimiento Mundial por los Bosques Tropicales - WRN
45. Núcleo de Ecojornalistas - NEJ
46. Povos da Floresta / Acre
47. Rede Ecovida de Agroecologia
48. União Pela Preservação do Camaquã - UPP
49. Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP
50. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

### **Links para vídeos produzidos ao longo do Seminário:**

“A financeirização da natureza privatiza os bens comuns”:

<https://www.youtube.com/watch?v=zwDmgtvg8Fc>

“Seminário Financeirização da Natureza: violações de direitos contra Povos e Territórios”:

<https://www.youtube.com/watch?v=RRscJkM5u4A>

“Grupos de Trabalho - Seminário Financeirização da Natureza”:

<https://www.youtube.com/watch?v=Ks3Q6V4N-Fo>

“Quilombolas e indígenas de todo o país têm mesmas lutas contra financeirização da natureza”:

[https://www.youtube.com/watch?v=m3CPyx\\_d2Yc](https://www.youtube.com/watch?v=m3CPyx_d2Yc)